



CONTRA DEMISSÕES, SINDICATO REALIZA PROTESTOS NO BRADESCO, ITAÚ E SANTANDER

O Sindicato promoveu entre os dias 15 e 29 de outubro manifestações nas unidades do Bradesco, Itaú e Santander e do Setor Comercial Sul. E no Dia Nacional de Luta reforçou a denúncia contra as demissões e descumprimento de acordo paralisando as atividades do Bradesco da 504 Sul (agências prime e convencional) contra a onda de desligamentos

que já destruiu cerca de 1.500 empregos desde outubro. O corte de pessoal atingiu cerca de 30 trabalhadores no Distrito Federal. Antes, em preparação para o Dia Nacional de Luta, a entidade protestou no dia 27 nas agências e prédios administrativos dos bancos privados no Setor Comercial Sul.

“É preciso denunciar a irresponsabilidade

desses bancos a clientes, usuários e à sociedade como um todo. Não bastasse o descaso em relação à pífia atuação no socorro ao crédito às pequenas e médias empresas, mais uma vez esses bancos, que divulgam lucros bilionários, descumprem acordo em que se comprometem em não demitir sem justo motivo enquanto durar a pandemia”, aponta o presidente do Sindicato, **Kleyton Moraes**.



Civilização ou barbárie, de que lado você está?

A categoria bancária, a classe trabalhadora em geral, são desafiadas enormemente nesta quadra histórica. Diante de paradoxos, a implacável realidade revela-se na potência criadora derivada da teoria quântica, dos dispositivos eletrônicos da chamada high-tech, desdobrando-se no desenvolvimento das inteligências artificiais, no aprimoramento das condições que conseguiriam assegurar um estado quase edênico à espécie humana.

Todavia, essas descobertas e aplicações, que possibilitam a experiência mais próxima de Deus – fala-se em superação da morte até o ano de 2200 –, são amesquinhas em decorrência do obscurantismo de patologias distópico-sociais, que, em última instância, determina a massa de excluídos do usufruto desse desenvolvimento. Seus fundamentos: supremacia e a ruma de preconceitos derivadas a gerar exclusão, invisibilidade e miséria.

Um dos maiores desafios do próximo período é a garantia e defesa do emprego. Denunciar a incoerência dos mecanismos da exclusão tecnológica, da política fiscal e de institutos derivados diante da inclusão social.

É insustentável admitir a irracionalidade de um sistema que relega mais de 28 milhões de brasileiras e brasileiros ao desalento. Para tanto, a retomada e o fortalecimento de espaços como o Fórum do Trabalho, com ampla participação da sociedade (trabalhadores), é uma maneira de encontrar soluções sustentáveis e de inclusão, consoantes à automação e ao emprego da inteligência artificial, para, assim, contrapor-se às teorias do fatalismo, que, na prática dos bancos privados, significa descumprimento de acordos de manutenção de empregos e corte de mais 12 mil postos de trabalho.

Concomitante, urge combater o processo de desmonte dos bancos federais, capítulo incontestado da marcha da destruição do Estado brasileiro com subversão mordaz ao financismo inconsequente das patologias distópico-sociais. Projetos nocivos como o da autonomia do Banco Central, com estabelecimento de mandatos independentes do poder político estabelecido, aprovado pelo Congresso Nacional, devem ser atacados como uma grande fraude da independência curiosamente omitida.

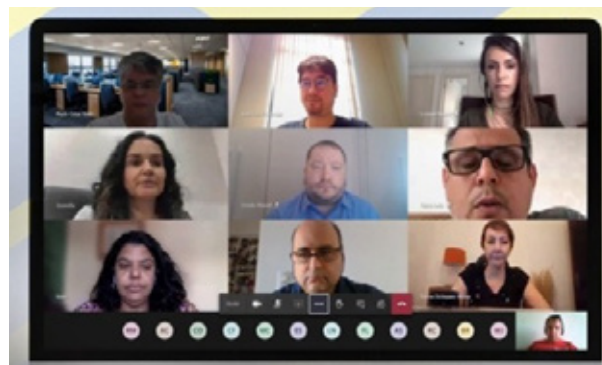
O Sindicato está monitorando as alterações no sistema bancário brasileiro de maneira a orientar e definir nossa ação. Promover intensa participação social, compreender e buscar visão sistêmica na implementação das mudanças que alterarão o sistema financeiro a partir, por exemplo, do Open Banking, do PIX, e outras coisas vindas no acumular dos entendimentos do que se traduz na revolução 4.0, é tarefa diuturna e impostergável!

SINDICATO NEGOCIA REGRAS PARA REGULAMENTAÇÃO DO TELETRABALHO COM O BB

A Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) se reuniu no dia 27 de outubro com a direção do banco para discutir uma proposta de acordo sobre teletrabalho e apresentou as premissas que devem ser priorizadas para a ratificação do acordo. A negociação foi acompanhada pela Contraf-CUT e continua nos próximos dias.

Desde o início da pandemia, em março, por força das negociações entre o movimento sindical e os bancos, parte considerável da categoria bancária está em home office – aproximadamente 280 mil trabalhadores foram deslocados dos locais de trabalho para suas casas.

Os sindicatos, reunidos no Comando Nacional, apontaram já na primeira rodada de negociação com a Fenaban a necessidade de regulamentar o teletrabalho via instrumento coletivo de contratação. Contudo, a matéria só teve o primeiro avanço após o fechamento da Campanha. A partir das premissas mínimas para contratação do teletrabalho com os bancos debatidas e aprovadas nas conferências e congressos, e ratificadas pelo Comando Nacional, a primeira proposta submetida e aprovada pela categoria foi a do Bradesco. Agora as negociações acontecem com o BB e o Itaú.



“Os subsídios da pesquisa respondida por 11 mil trabalhadores da categoria que passaram para o home office, analisada pelo Dieese, que assessora o Comando Nacional, apontaram desafios e necessidade de melhorias das condições de trabalho para o home office. Neste aspecto, nossa discussão com o Banco do Brasil é no sentido de apresentar e construir solução para essas questões, assegurando a continuidade voluntária dos colegas no regime de trabalho remoto, a partir do acordo”, afirma **Marianna Coelho**, secretária de Assuntos Jurídicos e representante dos trabalhadores na CEBB.

VITÓRIA

BB É CONDENADO EM DEFINITIVO A PAGAR AS 7ª E 8ª HORAS DOS ASSISTENTES A UA DO CSO/SAI

Depois de uma batalha judicial que teve início em 2011, o Sindicato conseguiu a condenação em definitivo do Banco do Brasil na ação coletiva que reivindica do banco o pagamento da 7ª e 8ª horas dos Assistentes A UA do CSO SIA – Cadastro e Operações. No dia 21, o Sindicato fez uma live para falar sobre a conquista e tirar as dúvidas dos bancários. O encontro virtual contou com a participação da assessoria jurídica da entidade.

SINDICATO GANHA 7ª E 8ª HORAS EXTRAS PARA SUPERVISORES DE ATENDIMENTO DO BB

A Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região condenou o BB ao pagamento das 7ª e 8ª horas extras e seus reflexos aos bancários do DF que exercem ou exerceram a função de supervisor de atendimento. O TRT reconheceu que a função “supervisor de atendimento” não detém fidúcia diferenciada, ou seja, a jornada de trabalho deveria ser de 6 horas diárias, conforme caput do artigo 224 da CLT. Cabe recurso ao TST.

EM REUNIÃO COM A DEPUTADA ERIKA KOKAY, SINDICATO TRAÇA PLANO DE AÇÕES EM DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS

Em mais uma ação para intensificar a luta contra a privatização dos bancos públicos, o presidente do Sindicato, Kleyton Moraes, e o secretário de Finanças, Eduardo Araújo, realizaram reunião de planejamento no dia 3 com a deputada federal Erika Kokay (PT) e a assessoria jurídica da entidade Garcez Advogados, que atua contra as privatizações. Na oca-

sião, foram traçadas novas diretrizes em defesa dos bancos públicos, que sofrem constantes ataques do governo Bolsonaro, que mira o desmonte do patrimônio público brasileiro com vistas à privatização. Apesar de o foco da reunião ter sido ações em defesa do BB e da Caixa, também foram abordados os últimos fatos divulgados em relação ao BRB.



Kleyton Moraes
Presidente do Sindicato

FINANCIÁRIOS ASSINAM CCT COM A FENACREFI
LEIA MAIS EM BANCARIOSDF.COM.BR

CAIXA VAI REVER AUMENTO DE METAS DO 'CONQUISTE', APÓS REIVINDICAÇÃO DA CEE/CAIXA

Empregados da Caixa foram pegos de surpresa na quinta-feira (29). A informação que circulou nas agências dava conta do aumento de 200% da meta na maior parte dos produtos e indicadores no Conquiste, o sistema de mensuração e acompanhamento de resultados do banco.

O assunto chegou à Comissão Executiva dos Empregados (CEE) que em contato com a vice-presidência Rede de Varejo (Vired) solicitou o reprocessamento das metas para os valores anteriores. A ação será feita pela Controladoria do banco no Conquiste e o assunto será debatido adequadamente com a Rede.

“Nesse cenário de pandemia, se 100% já está difícil de atingir, imagine 200%. Reafirmamos que os empregados estão cansados e a cobrança de metas piora a situação. O que nós reivindicamos é que essas ações sejam negociadas com os trabalhadores. Não somos contra as metas, mas contra as que são abusivas e a forma indecente que são feitas as cobranças”, explicou a coordenadora da Comissão e diretora do Sindicato, **Fabiana Uehara**.

Ainda na Campanha Salarial de 2020, a CEE/Caixa reforçou a reivindicação à direção da Caixa para deixar de cobrar as metas enquanto perdurar a pandemia.



IBANEIS ATACA EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVATIZAÇÃO CHEGA AO BRB

O governo Ibaneis lança mais um ataque contra as empresas públicas do DF. Além de insistir ferozmente na privatização da CEB, sobre a qual quer evitar a todo custo o debate na Câmara Legislativa, e mesmo com promessas de campanha feitas quando candidato de jamais privatizar empresas públicas do DF, agora os empregados do BRB são surpreendidos com um projeto de privatização de uma das subsidiárias do banco, a DTVM.

Há projeto elaborado pelo banco BTG Pactual – banco vinculado ao privatista Paulo Guedes, ministro da Economia –, de criação de “joint ventures” que transformam a DTVM e a Corretora de Seguros em empresas privadas, cujos sócios que entrarem no negócio terão

50,1% para assegurar o controle acionário. Atualmente, a DTVM é 100% do banco e a Corretora de Seguros BRB, 69,7%. Da Corretora, os demais 30,3% pertencem à Associação dos Empregados do Banco de Brasília (AEBRB).

O arranjo pretendido pelo governo é desvantajoso para o BRB, pois o pretendo sócio não terá nenhuma das ações preferenciais da empresa a ser formada, o que joga a suspeição de que a maior parte do capital seja pública, visto que 49,9% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais continuarão sendo do BRB.

“Juntamos nossas forças às dos companheiros da CEB, Metrô e Caesb na luta em defesa das estatais do DF. Temos uma frente com esta finalidade e vamos intensificar o trabalho para



mostrar como é danosa esta tentativa do governo de se desfazer das empresas públicas do DF”, comenta o secretário de Assuntos Parlamentares do Sindicato e bancário do BRB, **Ronaldo Lustosa**.

BANCÁRIOS DO BRB APROVAM MODELO DE PLR PARA 2º SEMESTRE DE 2020

FAVORÁVEIS 191
CONTRÁRIOS 26
ABSTENÇÕES 14

TOTAL DE PARTICIPANTES: 231

FUNCIONÁRIOS DO BRB APROVAM MODELO DE PLR PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2020

Em assembleia virtual realizada nesta terça-feira (27), os funcionários do BRB aprovaram a proposta de PLR para o segundo semestre de 2020. O modelo aprovado é o mesmo adotado no primeiro semestre, com pequena alteração no parágrafo único da cláusula

segunda, que trata da definição de lucro líquido. Não há impacto negativo nos valores a serem pagos.

A assembleia contou com 231 participantes e a proposta foi aprovada com 191 votos a favor, 26 contrários e 14 abstenções.

VITÓRIA DO SINDICATO: TRT CONFIRMA ILEGALIDADE DO REBAIXAMENTO DOS GERENTES DE NEGÓCIOS DO BRB



Em decisão colegiada, o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região manteve, por unanimidade, a decisão de primeira instância que declara a ilegalidade do rebaixamento de função de Gerente de Negócios Pleno para Junior em razão de mudança de porte de agências. Para esclarecer dúvidas, o Sindicato fez uma videoconferência na terça-feira (3), que contou com a participação da Secretaria de Assuntos Jurídicos do Sindicato, da assessoria jurídica e de dirigentes da entidade e da Fetec-CUT/CN.

Um ponto importante da decisão, que representa uma vitória para a categoria, diz respeito ao esclarecimento da amplitude da liminar, deferida pelo Juízo de primeira instância e agora man-

tida pelo Tribunal Regional. A questão se encontrava pendente desde o deferimento da decisão antecipatória, quando o BRB cumpriu de forma parcial, retornando o patamar remuneratório apenas dos rebaixados em abril de 2017, excluindo do comando sentencial aqueles que sofreram redução salarial pela mudança de porte da agência em momento posterior.

“Mais um grande passo rumo à vitória. Parabéns a todos os funcionários do BRB que ajudaram em todas as fases dessa luta, sempre ao lado do seu Sindicato. Sem vocês nada disso seria possível”, comemora o secretário de Assuntos Parlamentares do Sindicato, **Ronaldo Lustosa**.

COE DO ITAÚ DISCUTE TELETRABALHO E QUITAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO REGISTRO DE PONTO DOS FUNCIONÁRIOS

A direção do Itaú se reuniu na terça-feira (27) com a Comissão de Organização dos Empregados (COE) do banco para apresentar propostas para um acordo sobre teletrabalho, ponto eletrônico e acordo de quitação do espelho do ponto. O acordo deve regular o teletrabalho para em torno de 35 mil a 38 mil funcionários.

Na reunião, o Itaú apresentou como propostas o controle da jornada de trabalho com ponto eletrônico, que deve regular o trabalho de cerca de 57 mil funcionários. Também será paga uma ajuda de custo de R\$ 960,00, em duas parcelas semestrais de R\$ 480,00 cada. O banco irá respeitar os intervalos para refeição e os períodos de descanso.

Serão mantidos, integralmente, os vales refeição e alimentação. O vale transporte vai ser pago proporcionalmente, para os dias em que o funcionário fizer o trabalho presencial, no local de trabalho. O banco vai fornecer o equipamento (computador e cadeira ergométrica).

PONTO ELETRÔNICO E QUITAÇÃO

Na reunião, a direção do Banco apresentou uma proposta de controle de jornada e quitação das obrigações do registro de ponto

dos funcionários. Além do controle mensal do registro de ponto diário, os funcionários poderão acessar um termo de quitação de suas horas semestralmente e terão a possibilidade de concordarem ou não. Caso não haja concordância o funcionário deve procurar os sindicatos e abrir um chamado na Central de Pessoas. Os sindicatos acompanharão todo o processo para garantir que não tenham irregularidades. Importante ressaltar que a quitação é opcional e se refere somente à jornada trabalhada, não impedindo nenhuma outra reclamação trabalhista.

“Com o acompanhamento do Sindicato do registro de ponto, o trabalhador pode ficar mais tranquilo em relação a qualquer problema que possa acontecer, como o de não concordância no seu registro de ponto, por exemplo”, diz **Washington Henrique**, diretor da Fetec-CUT/CN e integrante da COE.



JUNTOS, ITAÚ, BRADESCO E SANTANDER LUCRAM MAIS DE R\$ 35 BILHÕES EM NOVE MESES

Nem a pandemia foi capaz de impactar negativamente o lucro bilionário dos bancos privados no Brasil. Só nos nove primeiros meses de 2020, o Itaú obteve um Lucro Líquido Recorrente de R\$ 13,148 bilhões, o Santander registrou Lucro Líquido Gerencial de R\$ 9,891 bilhões e o Bradesco atingiu a marca de R\$ 12,657 bilhões de Lucro Líquido Recorrente. Mesmo com queda em relação ao mesmo período do ano passado, a cifra bilionária desses bancos privados não os impede de seguir com uma política de demissão descabida e que vai contra o acordo firmado no início da pandemia com o movimento sindical.

Enquanto o marketing desses bancos continuam tentando salvar sua imagem, bancários e bancárias seguem promovendo ações para barrar os desligamentos, além de denunciar nas redes sociais a incoerência dessas instituições. Com a hashtag #QuemLucraNãoDemite, clientes e usuários ficam a par da real postura dos bancos.

“Em plena pandemia, os bancos, que seguem registrando lucros bilionários, demitem bancários. Isso é inadmissível. Por isso, o Sindicato está em negociações permanentes em defesa do emprego”, afirma o diretor do Sindicato **Paulo Frazão**, bancário do Bradesco.



PRESTAÇÃO DE CONTAS DO SINDICATO É APROVADA EM ASSEMBLEIA VIRTUAL

A prestação de contas referente ao exercício de 2019, apresentada pela diretoria do Sindicato à assembleia geral realizada na quinta-feira (29), das 19h às 22h, por meio virtual, foi aprovada por larga maioria dos bancários e bancárias que participaram do fórum máximo de decisão da entidade.



Conforme previsto no estatuto do Sindicato, a prestação de contas anual foi exposta aos associados em sua integridade, inclusive com gráficos e relatórios explicativos. A apresentação ficou a cargo de **Eduardo Araújo**, secretário de Finanças da entidade.

Para Araújo, “o acompanhamento das contas do

Sindicato pelos associados é um exercício em favor da transparência e do bom uso dos recursos da categoria, com reflexo no aprimoramento da gestão da entidade e no fortalecimento das ações em defesa de direitos e por mais conquistas para bancários, bancárias e todos os trabalhadores do ramo financeiro”.